

NUPA:

A AUTOCOMPOSIÇÃO NA PRÁTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



MARCUS AURÉLIO DE FREITAS BARROS

PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS BEZERRA

NOURAIDE FERNANDES ROCHA DE QUEIROZ



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À
AUTOCOMPOSIÇÃO DO MPRN

**NUPA: A AUTOCOMPOSIÇÃO NA PRÁTICA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

AUTORES:

Marcus Aurélio de Freitas Barros
Paulo Rogério dos Santos Bezerra
Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz



Procuradoria-Geral de Justiça
Natal
2019



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
NÚCLEO PERMANENTE DE INCENTIVO À
AUTOCOMPOSIÇÃO DO MPRN

Eudo Rodrigues Leite

Procurador-Geral de Justiça

Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira

Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

Carla Campos Amico

Corregedora-Geral do Ministério Público

Carlos Henrique Rodrigues da Silva

Chefe de Gabinete

Oscar Hugo de Souza Ramos

Coordenador da Coord. Jurídica Administrativa

Marcelo de Oliveira Santos

Coordenador da Coord. Jurídica Judicial

Jean Marcel Cunto Lima

Diretor-Geral

Erickson Girley Barros dos Santos

Ouvidor do Ministério Público

Marcus Aurélio de Freitas Barros

Coordenador do Centro de Estudos e

Aperfeiçoamento Funcional

EQUIPE TÉCNICA

Organização editorial

Nouraide Queiroz

Capa

Megg Thurner

Projeto Gráfico e diagramação

Megg Thurner

Revisão e normatização

Nouraide Queiroz

Catálogo na fonte:
Biblioteca Delmita Batista Zimmermann/MPRN

B277n Barros, Marcus Aurélio de Freitas.

Nupa: a autocomposição na prática do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte / Marcus Aurélio de Freitas Barros; Paulo Rogério dos Santos Bezerra; Nouraide Fernandes Rocha de Queiroz. – Natal, 2019.

76p.: il.

Formato E-book

ISBN 978-85-6080-922-6

1. Nupa. 2. Autocomposição. 3. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. I. Título.

CDU: 347.925

DIÁLOGOS SOBRE AUTOCOMPOSIÇÃO NO MPRN

Toda mudança cultural apresenta-se, na prática, como um grande desafio a ser superado. Esse se agiganta quando a mudança deve ocorrer em uma instituição da grandeza do Ministério Público, que possui altíssima credibilidade e sempre está envolta por notáveis expectativas sociais para que consiga cumprir suas atribuições constitucionais de forma exemplar.

Promover, potencializar e consolidar a mudança de uma cultura institucional ainda centrada da litigiosidade e na judicialização dos conflitos, ainda mais quando se trata do Ministério Público, exige estratégia, gestão planejada, eficiente e pautada em resultados concretos.

No Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), a institucionalização de uma cultura da solução consensual de conflitos exigiu alguns diálogos e ações fundamentais.

Vejamos: a princípio, foi importante o fato de a atual gestão estar pautada em duas balizas sólidas: *Diálogo* e *Resolutividade*, que têm sido o grande norte de atuação da gestão e de toda a política institucional atual.

Desses diálogos voltados à *resolutividade*, nasceu, em primeiro lugar, um projeto exitoso, denominado: *Diálogos sobre*

autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN.

Tal projeto, para honra do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, foi o grande vencedor do Prêmio CNMP 2018 – categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional.

Esse projeto foi a base para a legitimação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (NUPA/MPRN), órgão de gestão da política de solução consensual de conflitos, bem como de seus braços operacionais: os núcleos estaduais de conciliação e negociação e de mediação em ilícitos tributários, além dos núcleos locais de justiça restaurativa e de autocomposição, que estão conseguindo excelentes resultados, na trilha da atuação protagonista do MPRN.

Destacamos, caro(a) leitor(a) que os resultados expressivos estão, desde a premiação nacional, chamando a atenção de vários ministérios públicos do Brasil, que se encontram, hoje, diante do desafio que vivenciamos há dois anos, no início da gestão, de, a partir de diálogos fundamentais, planejamento e eficiência administrativa, tornar concreto e operativo, na linha da Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do CNMP, os seus núcleos de autocomposição.

Esta publicação, além de exaltar e reconhecer o trabalho realizado, conta um pouco dessa história recente e, até aqui, bastante vitoriosa, trazendo elementos fundamentais que contribuem para que os núcleos de autocomposição possam se tornar uma realidade também nas demais unidades do Ministério Público do Brasil.

É, pois, o momento de realizarmos esses diálogos fundamentais sobre autocomposição, a partir da experiência do MPRN, esperando que, quiçá, possa o conteúdo desta publicação ser examinado e, se for o caso, a experiência vivida replicada em outros rincões do país.

Aos diálogos!!!

Eudo Rodrigues Leite
Procurador-Geral de Justiça do MPRN

SUMÁRIO

UMA CONVERSA INICIAL	08
1 O NUPA	11
2 AUTOCOMPOSIÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E MINISTÉRIO PÚBLICO	11
2.1 O Nupa/MPRN: primeiras reflexões e regulamentação	16
2.1.1 Estrutura e eixos de atuação do Nupa/MPRN	27
3 PREMIAÇÃO	40
4 PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA 2019	41
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45
SOBRE OS AUTORES	49
ANEXOS - RESOLUÇÕES	51

UMA CONVERSA INICIAL

Caro(a) leitor(a)

Esta publicação tem o objetivo de destacar a forma como o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) tem se estruturado para atuar com qualidade e eficiência, especialmente, no âmbito extrajudicial, priorizando a solução pacífica e consensual dos diversos conflitos que estão na esfera de atribuições ministeriais. É, portanto, um veículo de disseminação do conhecimento sobre as principais ações efetivadas pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (NUPA/MPRN), as quais têm potencializado a atuação ministerial resolutiva. Atuação, essa, por meio da utilização dos seguintes métodos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, práticas restaurativas e convenções processuais.

Com o avançar de nossa conversa, observaremos que os resultados alcançados pelo nosso Nupa têm sido alvissareiros, permitindo atuações importantes em casos complexos, em diversas áreas como meio ambiente, saúde, combate à sonegação fiscal, infância e juventude, idoso etc., potencializando a atuação do MPRN na tutela coletiva e individual de direitos.

Não são muitas, contudo, as experiências sobre a prática estruturada da autocomposição no âmbito dos Ministérios Públicos brasileiros. A verdade é que os núcleos permanentes de incentivo à autocomposição têm sido um grande desafio para o *parquet* brasileiro. Na imensa maioria dos Estados, tais núcleos estão criados apenas formalmente. São

muito presentes, na atualidade, as discussões voltadas a tirá-los do papel e fazê-los ocupar um espaço de destaque na dinâmica da atuação ministerial, o que torna ainda mais importante divulgar as experiências exitosas nessa seara.

Destacamos que, mesmo onde estão estruturados, não há uma uniformidade no modo como são denominados, pois são chamados de Nupa, Nupia, Cemear etc., além de possuírem estrutura e modelos organizacionais bem diversos, o que mostra que é preciso instigar mais reflexões e disseminação de ideias sobre como operacionalizar tais núcleos, potencializando os resultados da autocomposição no âmbito do Ministério Público.

Não se pode perder de vista que a Resolução nº 118/2014-CNMP, que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências, exige, no art. 7º, VII, que os Ministérios Públicos criem Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição. Contudo, apresenta apenas algumas atribuições gerais de tais núcleos, o que provoca uma lacuna de normatização necessária sobre a estrutura e forma de funcionamento. Esse fator lacunar tem potencializado o desafio das Administrações Superiores dos Ministérios Públicos brasileiros de tornar concreto e operacional os seus Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição.

A necessidade de suprir tal carência, pode ser corroborada pelo fato de outras instituições buscarem conhecer a nossa estrutura e o nosso modo de atuação. Tanto é que temos participado de videoconferências; recebido visitas ilustres para conhecer a nossa experiência; como também trocado ideias com representantes de vários Ministérios Públicos do Brasil, no afã de contribuir para a definição de

caminhos seguros a fim de que sejam oferecidas as condições estruturais para a efetiva materialização dos Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição nos Ministérios Públicos brasileiros.

Nesse sentido, discorreremos, a partir da experiência do MPRN, sobre o Nupa, a sua estrutura e os eixos de atuação, destacando também o seu papel na capacitação e no assessoramento técnico aos núcleos locais de autocomposição. Trataremos, ainda, sobre o modelo adotado no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte de criação de núcleos operacionais em locais estratégicos, cada um com sua especificidade de atuação, mas todos acompanhados e coordenados pelo Nupa, que tem a responsabilidade de atuar como órgão de gestão voltado a disseminar a política de solução consensual de conflitos no MPRN.

Assim, apresentaremos, aqui, importantes resultados obtidos no ano de 2018, como também perspectivas de continuidade de ações em 2019, de modo que esta publicação possa servir como um farol a iluminar o caminho de outros Ministérios Públicos que estão vivendo o mesmo desafio que nos foi imposto no início da atual gestão (junho de 2017): construir as bases, o modelo organizacional, as condições estruturais (materiais e de pessoal) para o surgimento prático e a consolidação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Continuemos, nos capítulos a seguir, nossa conversa (com)partilhando conhecimentos sobre a atuação do Nupa/MPRN!!!

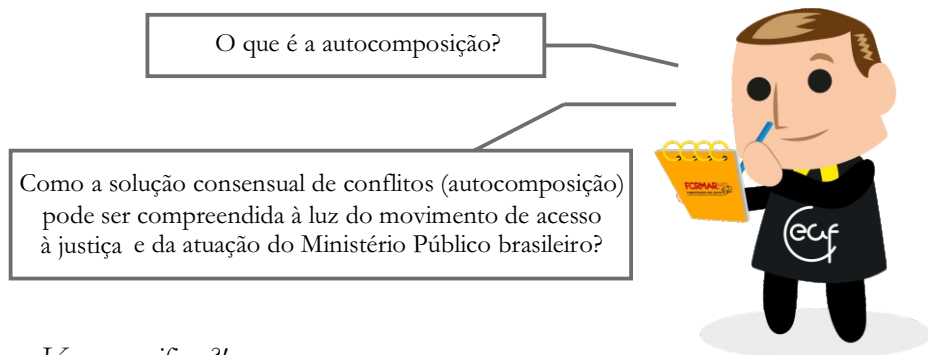
Marcus Aurélio de Freitas Barros

Coordenador do Ceaf

1 O NUPA

Para adentrar, especificamente, em nossa abordagem acerca do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (NUPA/MPRN), faz-se interessante, antes de qualquer apresentação, delinear sua função primordial que é o fomento à solução consensual de conflitos por meio da autocomposição no âmbito do Ministério Público.

Você, caro(a) leitor(a), sabe do que estamos tratando?



2 AUTOCOMPOSIÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E MINISTÉRIO PÚBLICO

A temática dos mecanismos autocompositivos de solução pacífica de conflitos remete sempre o leitor à compreensão sobre o acesso à justiça, que deve ser visto, hoje em dia, não como acesso ao poder judiciário, como se pensou por algum tempo, mas como acesso do cidadão e da sociedade

à efetiva tutela de seus direitos, conforme Barros (2014), por intermédio de métodos adequados de solução de conflitos, que podem passar ou não pelo poder judiciário. Entendemos que, na verdade, somente em último caso, é que se deve acionar esse poder para a solução dos conflitos.

Você sabia



O direito de acesso à justiça está previsto na Constituição Federal (art. 5º, XXXV) e foi bem delineado no art. 3º, do CPC/2015. Este último diploma expressa que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual de conflitos (art. 3º, § 2º), como também que os métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, tanto no processo judicial como fora dele (art. 3º, § 3º).

Vejamos que, ao examinar tais disposições constitucionais e processuais na perspectiva do acesso da cidadania aos seus direitos, é possível pontuar duas realidades.

Convidamos, você, caro(a) leitor(a), para entender melhor acerca do que estamos tratando, a partir do que passamos a discorrer logo a seguir.

1) A primeira dessas realidades é a constatação de que o Brasil, definitivamente, criou um sistema multiportas de acesso à justiça, em que o poder judiciário deve ser apenas uma dessas

portas a ser acessada para que os conflitos sejam resolvidos. Existem, contudo, outros meios adequados de solução pacífica de conflitos, meios, esses, que se valem da autocomposição!

E o que é autocomposição?

A autocomposição configura-se relevante porta de acesso à solução de conflitos e pode ser utilizada no âmbito do poder judiciário ou independentemente de existir um processo judicial. Assim, caro(a) cursista, os métodos autocompositivos, segundo Gavronski (2015, p. 143), são aqueles em que os próprios titulares dos direitos ou interesses compõem-se diretamente (negociação) ou com a contribuição de terceiros (conciliação e mediação).

Se olharmos com profundidade, vamos verificar que alguns conflitos são resolvidos mais adequadamente por meio da utilização de técnicas de negociação ou mediação, como é o caso, por exemplo, da necessidade de desocupação de escolas ou de áreas invadidas por movimentos sociais, além dos grandes desastres ambientais, como os ocorridos em Mariana e Brumadinho.

Para exemplificar o que estamos falando, verifiquemos que, recentemente, a Procuradora-Geral da República Raquel Dodge defendeu soluções extrajudiciais para o desastre de Brumadinho, aproveitando-se da experiência com o desastre de Mariana, conclamando por soluções mais rápidas, incompatíveis com a morosidade do processo judicial.

Para saber mais



"Dodge defende 'soluções extrajudiciais' para tragédia-crime de Brumadinho". Texto disponível em: <https://bit.ly/315uepg>

2) Outro aspecto a ser pontuado é que os agentes políticos e administrativos do Ministério Público devem ser vistos como verdadeiros promotores de acesso aos direitos da cidadania. Em sua atuação judicial e, principalmente, extrajudicial, na condição de agente político de transformação social (BARROS, 2014, p. 217), o Ministério Público deve ser um dos principais protagonistas, além de dominar as técnicas existentes, de forma que se crie uma cultura institucional e condições estruturais para que os métodos autocompositivos possam se desenvolver com qualidade e ser úteis para o labor cotidiano do *parquet* brasileiro.

Vamos lembrar?!

a) Na segunda onda de acesso à justiça a qual trata da superação dos grandes obstáculos próprios dos direitos difusos, o Ministério Público teve um protagonismo determinante e inovador, tendo sido o principal responsável pela consolidação, no Brasil, do acesso à justiça na perspectiva coletiva (GAVRONSKI; ALMEIDA, 2015, p. 38). Segundo Lima (2018, p. 3): “O protagonismo verificado em tela contribuiu, em larga escala, para o processo de renovação institucional do Ministério Público, levando a seu reposicionamento no cenário jurídico nacional, ora consolidado na Constituição Federal.”

b) Já em relação à terceira onda de acesso à justiça, em particular no tocante aos métodos adequados de solução de conflitos, o protagonismo tem sido do poder judiciário, principalmente após a publicação da já citada Resolução nº 125/2010-CNJ, que tem divulgado e exaltado muito mais os métodos da mediação e da conciliação. Contudo o grande problema é que não tem sido tratado com a devida ênfase e importância, por exemplo, o método da negociação - mecanismo muito utilizado no âmbito do Ministério Público, que, na condição de parte, tem resolvido muitos de seus conflitos diretamente, por meio do uso da negociação, ainda que, muitas vezes, sem o total domínio da técnica adequada.



Atenção!

A grande questão é que os métodos autocompositivos, ainda que devam ser utilizados nos processos judiciais, devem ser pensados como meios de desjudicialização, diante da necessidade de reduzir os níveis insuportáveis de judicialização que ocorrem nos tempos atuais. Destacamos que o Ministério Público pode ser um importante catalizador das demandas sociais e um grande protagonista na solução direta de conflitos, evitando que eles cheguem às barras do poder judiciário.

Então, indagamos:

quais são as principais normativas que devem socorrer ao Ministério Público para servir de base na sua atuação, direcionada à solução de conflitos por meio da utilização dos mecanismos de autocomposição?

Além da já citada Resolução nº 125/2010-CNJ, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) publicou a Resolução nº 118/2014-CNMP que trata dos métodos autocompositivos no âmbito do Ministério Público brasileiro, dando destaque à negociação. Além desses, vale citar o novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015; e a Lei de Mediação – Lei nº 13.140/2015.

A simples existência de tais normativas não é, contudo, suficiente para fazer dos agentes ministeriais verdadeiros protagonistas na solução consensual de conflitos no Brasil. É preciso mais! Uma das necessidades é tratar com seriedade os Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição, previstos na art. 7º, VII, da Resolução nº 118/2014-CNMP!

A nova cultura de solução consensual de conflitos só existirá verdadeiramente se forem criadas estruturas de apoio como o Nupa/MPRN, que passaremos a conhecer mais de perto a partir de agora.

2.1 O Nupa/MPRN: primeiras reflexões e regulamentação

Chegou o momento de discorrer com mais atenção sobre o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

(NUPA/MPRN), partindo, logicamente, da própria ideia do Nupa como órgão de gestão criado para a condução da política de solução consensual de conflitos nos Ministérios Públicos brasileiros.

Você sabe como surgiu o Nupa/MPRN?

Os Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição têm sido criados nos Ministérios Públicos do Brasil por força de imposição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que, na mesma direção do entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituiu, por meio da Resolução nº 118/2014 – CNMP (art. 7º, VII), a necessidade de criação de núcleos de autocomposição por todo o país.

Esse novo órgão que passa a ter que integrar a estrutura organizacional do *parquet* brasileiro parece se afinar com a preocupação manifestada por Marcelo Pedroso Goulart (2016) no sentido de que, para que se afirme o novo conteúdo constitucional de um Ministério Público resolutivo, é preciso rever as antigas estruturas, criando outras pensadas estrategicamente, que possam servir para potencializar a superação da velha mentalidade formalista dos profissionais do direito, a qual, no que nos interessa, tanto dificulta a superação da cultura da litigiosidade.

Nos núcleos de autocomposição, a ideia é que os direitos fundamentais concretizem-se de modo mais informal, negocial e participativo.

Essa nova estrutura pode ser, inclusive, um grande divisor de águas a favorecer a efetiva implementação de uma cultura institucional realmente comprometida com uma atuação séria, qualificada e técnica, tendo como base a utilização de métodos autocompositivos de solução pacífica de conflitos.

No entanto, a Resolução nº 118/2014 – CNMP (art. 7º, VII) não avançou na estruturação mínima de um modelo organizacional com bases mais ou menos uniformes para os núcleos de autocomposição, limitando-se a definir as atribuições de forma mais genéricas, como:

- propor à Administração Superior da respectiva unidade ou ramo do Ministério Público ações voltadas ao cumprimento da Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público;
- atuar na interlocução com outros Ministérios Públicos e com parceiros;
- propor à Administração Superior da respectiva unidade ou ramo do Ministério Público a realização de convênios e parcerias;
- estimular programas de negociação e mediação comunitária, escolar e sanitária, dentre outras.

Diante de tais diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)¹, como ensinam

¹ Segundo Lima (2018, p. 7), “O próprio Conselho Nacional do Ministério Público criou, por meio da Resolução nº 150/2016 – CNMP, o seu Núcleo

Almeida e Oliveira (2015, p. 84), incumbe aos Ministérios Públicos brasileiros:

[...] implementar e adotar mecanismos de tratamento adequado dos conflitos, controvérsias e problemas, em especial os chamados mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação e o processo restaurativo, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão sobre tais mecanismos.

É fácil perceber, contudo, que, apesar das atribuições gerais de:

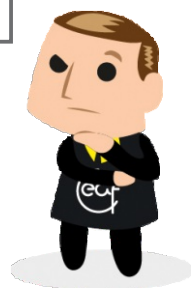
- a) difundir e entabular ações para o cumprimento da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público;
- b) realizar interlocuções, parcerias e convênios; e
- c) desenvolver programas de autocomposição,

não há, desse modo, a indicação de um modelo organizacional, de uma estrutura uniforme material e de pessoal; dos investimentos que devem ser realizados para que os núcleos de autocomposição possam funcionar adequadamente e produzir os necessários resultados para a mudança de cultura institucional voltada a uma nova lógica de atuação com ênfase na solução consensual dos conflitos. Tudo isso ficou a cargo das unidades dos Ministérios Públicos!

de Solução Alternativa de Conflitos, responsável por aplicar métodos autocompositivos de conflitos nos processos internos em andamento no CNMP”.

E como o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte incumbiu-se dessa grande tarefa de construir, a partir de bases sólidas e com amplas possibilidades de produzir resultados sociais, o Nupa/MPRN?

Quais as premissas que o sustentaram desde a sua concepção?



A criação do Nupa/MPRN foi resultado de um projeto institucional, denominado: “Diálogos sobre autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN”, que veio a ser, como será visto, premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Tal projeto objetivava a implementação da política nacional de autocomposição na rotina funcional do Ministério Público potiguar.

O primeiro resultado prático do projeto foi a efetiva criação desse Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA), por meio da Resolução nº 195/2017-PGJ/RN, para difundir e implementar, na rotina institucional, a utilização dos métodos de solução consensual de conflitos.

Vamos conhecer melhor quais são esses métodos!

- **Negociação** – Pode ser definida como um processo técnico de comunicação entre as partes em conflito, que, sem a intervenção de um terceiro, visam encontrar, conjuntamente, a melhor solução para resolvê-lo, sendo a negociação, assim, um

processo direto de autocomposição (ARLÉ, 2018, p. 10).

No Ministério Público, a negociação é recomendada para as controvérsias ou conflitos em que o MP atue como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal, conforme preconiza o art. 8º da Resolução nº 118/2014-CNMP.


- **Mediação** – consiste no meio consensual de abordagem de controvérsias em que um terceiro, imparcial, atua para facilitar a comunicação entre os envolvidos e propiciar que eles possam, a partir da percepção ampliada de meandros da situação controvertida, protagonizar saídas produtivas para os impasses que os envolvem (TARTUCE, 2016, p. 176).

No Ministério Público, a mediação é recomendada para solucionar controvérsias ou conflitos que envolvam relações jurídicas nas quais seja importante direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes (art. 9º da Resolução nº 118/2014-CNMP). Segundo Arlé (2017, p. 203), a mediação, levada a efeito pelo Ministério Público brasileiro, é processo voluntário e que a ela ninguém é obrigado a concorrer.

- **Conciliação** – É a atividade desenvolvida para incentivar, facilitar e auxiliar as partes envolvidas no conflito a fim de que elas próprias cheguem a um acordo, adotando, porém, metodologia que permite a apresentação de proposição por parte do conciliador (CALMON, 2013, p. 133).


No Ministério Público, a mediação é recomendada, para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do *parquet* como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos, consoante estabelece o art. 11 da Resolução nº 118/2014-CNMP.

- **Práticas restaurativas** – É um conjunto de metodologias de resolução positiva de situações de conflito. Tem por objetivo central a restauração de vínculos. Não se quer estabelecer culpados ou punições, mas oportunizar aos envolvidos o entendimento sobre as motivações e necessidades que geraram os conflitos, restaurar as relações entre os participantes, seus sentimentos consigo mesmo e, ainda, reparar seu patrimônio, promovendo a segurança humana (LIMA, 2018, p. 10).



No Ministério Público, as práticas restaurativas são recomendadas em situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre os envolvidos, com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos, conforme preconiza o art. 13 da Resolução nº 118/2014-CNMP.

- **Convenções processuais** (art. 190 do CPC) – a convenção (ou acordo) processual é o negócio jurídico plurilateral, pelo qual as partes, antes ou durante o processo e sem necessidade de intermediação de nenhum outro sujeito, determinam a criação, modificação e extinção de situações jurídicas processuais, ou alteram o procedimento (CABRAL, 2018, p. 74).



No Ministério Público, as convenções processuais são recomendadas toda vez que o procedimento deva ser adaptado ou flexibilizado para permitir a adequada e efetiva tutela jurisdicional aos interesses materiais subjacentes, bem assim para resguardar o âmbito de proteção dos direitos fundamentais processuais, de acordo com o art. 15 da Resolução nº 118/2014 – CNMP.

O projeto "Diálogos sobre autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN" configurou-se, portanto, o grande norte para a legitimação do Nupa/MPRN, que foi pensado como órgão de gestão, tendo sido tomada uma decisão administrativa que chama a atenção, por ser um modelo que não encontra muitos outros similares em outros Ministérios Públicos do Brasil.

Assim, caro(a) cursista, referimo-nos ao fato de o Nupa/MPRN ter sido vinculado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (CEAF/MPRN), com sede na capital e atuação em todo o território estadual, conforme estabelece o art. 1º, da Resolução nº 195/2017-PGJ/RN.

Essa vinculação administrativa ao Ceaf/MPRN tem uma razão de ser. Exalta a relevância de apostar em um intenso programa de capacitação como condição necessária e imprescindível para a difusão da solução consensual de conflitos no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Você sabe como se deu a implantação do Nupa?

O primeiro passo para implantar essa nova cultura foi conhecer as técnicas e as potencialidades dos métodos autocompositivos e saber que os Centros de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional devem funcionar como espaços estratégicos para fomentar, por meio do ensino, da pesquisa e extensão – com ênfase nas formações continuadas –, as condições para que a nova cultura se afirme na prática!

O Nupa/MPRN, ademais, tem a finalidade de atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição,

como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (art. 2º, da Resolução nº 195/2017-PGJ/RN).

Tal objetivo não é alcançado sem um efetivo investimento em verdadeiros programas de formação continuada, como os que estão sendo desenvolvidos no Ministério Público potiguar.

O fato de o Nupa/MPRN estar sediado no Ceaf/MPRN tem facilitado bastante o aprimoramento funcional das técnicas autocompositivas e a compreensão institucional de que a solução consensual deve ser privilegiada em muitas situações, além de permitir ao Ceaf/MPRN ter uma atuação mais direta na produção de resultados finalísticos, valorizando seu papel institucional.

Dentre as atribuições do Nupa/MPRN, além daquelas já previstas na Resolução nº 118/2014-CNMP, repetidas na resolução local, não é demais destacar as seguintes (art. 3º, VI, X, XI, XIII e XIV, da Resolução nº 195/2017-PGJ/RN):

- auxiliar o Ceaf na capacitação e no treinamento de membros e servidores do MPRN em mecanismos de autocomposição, assim considerados: a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais;
- manter cadastro de mediadores e facilitadores voluntários que se utilizam de mecanismos de autocomposição de conflitos no MPRN;
- realizar a articulação para implementação da atuação autocompositiva no âmbito do MPRN;

- fomentar e apoiar a criação de núcleos locais de autocomposição para realização de atividades no âmbito das procuradorias e promotorias de justiça, mediante atos do procurador-geral de justiça;
- desenvolver estratégias de negociação interinstitucional com poderes e instituições, sobre o aprimoramento de políticas públicas e a consequente garantia dos direitos coletivos.

E você sabe quais os eixos de atuação do Nupa?

Os principais eixos de atuação do Nupa são três:

- 1) capacitações introdutórias e formações técnicas em autocomposição de conflitos;
- 2) assessoramento técnico aos órgãos ministeriais em autocomposição; e,
- 3) criação e acompanhamento de núcleos operacionais e programas especiais voltados para a difusão da solução consensual no Ministério Público potiguar.

Realizadas as primeiras considerações e reflexões sobre como se deu a criação do Nupa, bem como algumas nuances de sua atual regulamentação, passemos, nos itens a seguir, a entender mais especificamente sobre a estrutura desse núcleo e ver de forma mais detalhada os seus eixos de atuação!

2.1.1 Estrutura e eixos de atuação do Nupa/MPRN

Agora, convidamos você, caro(a) leitor(a), a conhecer como está estruturado o Nupa e quais os seus eixos de atuação, ratificando em nossos apontamentos que tais eixos constituem o alicerce do projeto “Diálogos sobre autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN”.

a) Estrutura

Estruturalmente, de forma mais específica, o Nupa compreende um colegiado, uma coordenação, uma secretaria executiva e uma equipe técnica, compostas de acordo com as distribuições apresentadas a seguir.

O colegiado – é formado por 08 membros do MPRN, sendo:

- 03 membros escolhidos pelo Procurador-Geral de Justiça;
- o Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
- 01 membro indicado pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ);
- 01 servidor indicado pelo Diretor-Geral;
- 01 membro indicado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público (CGMP); e,
- 01 membro indicado pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público (OGMP).

Esse colegiado é responsável pelas grandes deliberações e decisões institucionais relativas ao Nupa/MPRN.

A coordenação – é exercida pelo Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

A secretaria executiva – tem sua função exercida por um dos servidores integrantes da equipe técnica do Nupa/MPRN.

A equipe técnica – é composta por 05 servidores do MPRN, especializados em autocomposição. É responsável pela parte administrativa do Nupa/MPRN e pela execução das ações de fomento à autocomposição.

Assim, caro(a) leitor(a), essas estruturas são responsáveis pela condução do Nupa/MPRN como órgão de gestão e grande responsável pela difusão da política de solução consensual de conflitos no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Há, contudo, uma premissa que deve ser registrada. O Nupa/MPRN tem se pautado no desenvolvimento de uma atuação autocompositiva voltada a resolver os problemas que são de atribuição do Ministério Público potiguar e que por ele estão sendo enfrentados, de modo que carrega toda sua estrutura para atuar com eficiência na solução consensual de conflitos evidenciados em procedimentos ou processos judiciais da alçada do MPRN, sobretudo nos que atua na condição de autor (ex.: tutela coletiva).

Outro aspecto relevante é que, como regra, a atuação do Nupa/MPRN não prescinde da presença do promotor natural, tampouco atua em substituição a esse. A ideia é que, como atua muitas vezes na condição de parte ou de *custus juris*, não se pode abrir mão – nos momentos de operacionalização da autocomposição –, de regra, da presença e participação ativa do promotor natural.

Tanto nas sessões de autocomposição presididas por integrantes do Nupa/MPRN, quanto nos momentos autocompositivos realizados nos núcleos locais, como veremos a seguir, e que é uma das grandes novidades do projeto estabelecido pelo MPRN, a presença ou o acompanhamento do promotor natural é uma premissa inarredável, pois não se pode e não se deve substituí-lo no momento da definição da solução consensual mais adequada.

Ademais, a atuação do Nupa/MPRN, nos termos do art. 14 da Resolução nº 195/2017-PGJ/RN, estrutura-se por meio dos seguintes programas de trabalho:

- Programa de Negociação no âmbito do Ministério Público;
- Programa de Mediação e Conciliação no âmbito do Ministério Público;
- Programa de Justiça Restaurativa no âmbito do Ministério Público;
- Programa de Fomento à Criação de Núcleos Locais nos órgãos de execução.

Agora que apresentamos a estrutura do Nupa, vamos (re)lembrar quais são os seus eixos de atuação!!

b) Eixos de atuação

Vamos (re)ver onde estão ancorados e quais os eixos de atuação do Nupa?

Lembra-se de que mencionamos que a criação desse Núcleo deu-se após a experiência com o projeto “Diálogos sobre autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN”? Então, esse projeto foi alicerçado nos 3 eixos estratégicos, os quais já apresentamos, ao conversarmos sobre o surgimento do Nupa. Logo, vamos entender que a atuação desse núcleo encontra-se consolidada nesses eixos que são:

- 1º)** Formação técnica em métodos de solução consensual de conflitos;
- 2º)** Assessoramento técnico em métodos autocompositivos; e
- 3º)** Criação de núcleos locais de autocomposição.

Observemos que o primeiro eixo é a formação, então, vamos apresentar como se deu a capacitação para atender as necessidades inerentes à formação técnica, e lançaremos nosso olhar, também, acerca do assessoramento técnico e da criação de núcleos locais.

Vejamos, a seguir, um pouco mais sobre cada um deles!

1º eixo – Capacitação

O Nupa – de maneira estratégica – está vinculado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Assim, conta com a estrutura para expandir sua atuação, promovendo capacitação aos integrantes do MPRN e de instituições parceiras, fortalecendo, desse modo, a difusão do conhecimento na área.

Caro(a) leitor(a), ressaltamos que, para difundir, efetivamente, o conhecimento são ofertadas capacitações introdutórias (até 12h/aula); cursos básicos (entre 12 e 30 h/aula); e formações técnicas (a partir de 30 h/aula).

A fim de atender a essa proposta, de junho de 2017 a maio de 2019, foram realizados os cursos destacados a seguir:

- a) cursos básicos sobre autocomposição;
- b) cursos sobre negociação;
- c) cursos de formação de mediadores extrajudiciais;
- d) cursos de formação de facilitadores de círculos de justiça restaurativa.

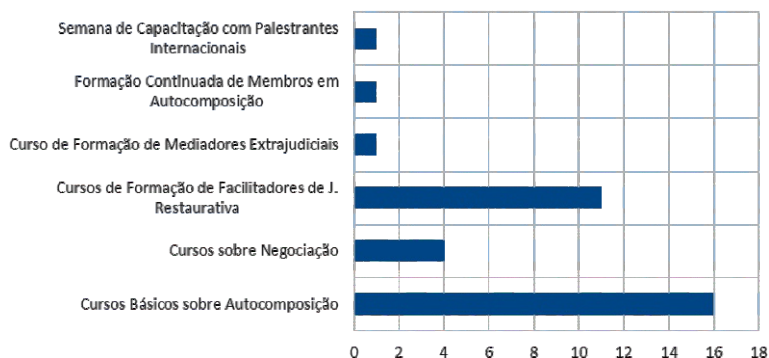
Houve também palestras, em momentos planejados, especificamente, para incremento na capacitação, agregando valor à disseminação e apreensão do conhecimento. Destaca-se, também, a realização de uma semana de capacitação com palestrantes internacionais, em que se fizeram presentes renomados palestrantes do Brasil, Argentina e México para tratar de importantes temas relacionados às práticas de autocomposição.

Em relação às capacitações, vale destacar que foi firmado, desde a criação do Nupa/MPRN, importante acordo

de cooperação técnica entre o MPRN e o Instituto *Terre des hommes – Suisse* no Brasil, para o fortalecimento técnico da Justiça Restaurativa na instituição ministerial potiguar. Fruto dessa parceria, tivemos a formação de vários facilitadores de Justiça Restaurativa (JR). Além disso, conseguimos avançar e ter 03 (três) servidores formados como instrutores de Justiça Restaurativa, o que proporcionou autonomia ao Ministério Público potiguar para capacitar e habilitar facilitadores de Justiça Restaurativa em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Para uma compreensão mais detalhada do que ora acabamos de mencionar, o Gráfico 1 apresenta essas capacitações no período de junho de 2017 a maio de 2019.

Gráfico 1 – Capacitações realizadas pelo Nupa/MPRN, de junho/2017 a maio/2019.



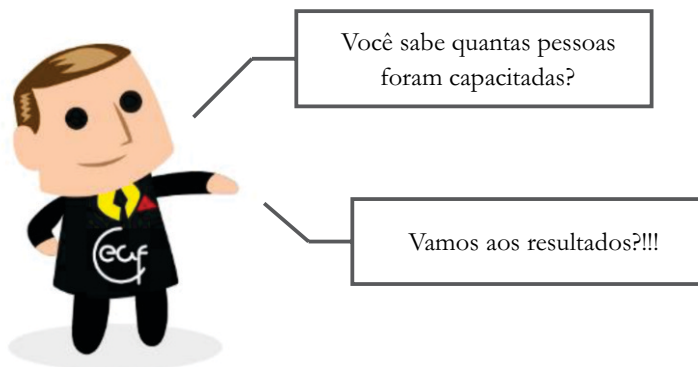
Fonte: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/MPRN, 2019.

Acrescentamos, a seguir, e a partir do quantitativo das capacitações mostrado no Gráfico, informações quanto aos instrutores, uma vez que tanto integrantes do MPRN quanto

externos a essa instituição contribuíram nesse processo de formação.

Assim, destacamos:

- 16 cursos básicos ou introdutórios sobre métodos de solução consensual de conflitos, sendo 10 desses realizados com instrutores do próprio MPRN;
- 4 cursos básicos ou introdutórios sobre negociação, sendo 3 por meio de instrutores do MPRN;
- 1 curso de formação de mediadores;
- 12 cursos de formação de facilitadores de círculos de justiça restaurativa, abrangendo 201 participantes, contemplando membros, servidores do MPRN e representantes de entidades parceiras, sendo 8 com instrutores do MPRN; e, por fim,
- 1 Semana Internacional de Capacitação em Métodos de Solução Consensual de Conflitos, com palestrantes vindos da Argentina e do México.



Vejamos:

- 848 participantes de cursos básicos ou introdutórios sobre conceitos teórico-metodológicos referentes aos métodos de solução consensual de conflitos;
- 111 presentes em cursos básicos ou introdutórios sobre negociação;
- 32 formados no Curso de Formação de Mediadores aplicado ao Ministério Público;
- 240 facilitadores egressos dos Cursos de Formação de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa; e
- 240 participantes dos minicursos integrantes da Semana Internacional de Capacitação em Métodos de Solução Consensual de Conflitos.

Caro(a) leitor(a), temos, ainda, o quantitativo que nos mostra os resultados das formações com instrutores do MPRN. Vamos verificar?

- 214 em cursos básicos ou introdutórios;
- 51 em cursos sobre negociação; e
- 176 facilitadores de círculos de justiça restaurativa.

Após esse panorama acerca do eixo capacitação, vamos saber do que se trata o assessoramento técnico?!

2º eixo – Assessoramento Técnico

Quanto ao assessoramento técnico, você sabia que o Nupa assessora unidades de diversas instituições, além do próprio MPRN?

É isso mesmo!!! E esse assessoramento contempla visita aos núcleos para acompanhar seu desenvolvimento estrutural e funcional, atualizar os conhecimentos acerca de novas práticas para aplicação dos métodos e, ainda, quando necessário, prestar suporte nos casos em que se verifique a necessidade de apoio do Nupa.

Desde o início do projeto, foram realizadas mais de 80 visitas de assessoramento técnico a núcleos locais de autocomposição e a promotorias de justiça e outras unidades ministeriais interessadas em aplicar autocomposição.

3º eixo – Núcleos locais: normatização e atuação

Chegamos ao 3º eixo, e, quanto a ele, discorreremos sobre a composição, a normatização e atuação dos núcleos locais que o compõem.

Observemos que os núcleos locais de autocomposição são formados por membros e servidores de uma unidade ministerial, capacitados para aplicar métodos autocompositivos em seus procedimentos.

Você sabe quantos e quais núcleos foram criados?



Vamos observar essa conquista!

Até o momento, foram criados 06 núcleos, a saber:

1. Núcleo Estadual de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários (NAMIT)
2. Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação (NECON)
3. Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal (NJJR Natal)
4. Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró (NUCAP Mossoró)
5. Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça de Parnamirim/RN (NUCAP Parnamirim)
6. Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN (NUCAP Ceará-Mirim)



Então, convidamos você a conhecer um pouco mais sobre esses núcleos!

1. Núcleo Estadual de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários (NAMIT)

Foi criado por meio da Resolução nº 197/2017 e está vinculado ao Ceaf. É o núcleo responsável pela aplicação de técnicas de mediação em débitos tributários com indícios de sonegação fiscal. Conseguiu resgatar,

durante o ano de 2018, R\$ 13.312.000,00 para os cofres estaduais oriundos de débitos tributários pautados em mediações realizadas pelo núcleo, resultando em um índice de sucesso de 56,10% em acordos firmados, 54,35% em relação ao total de contribuintes que compareceram às audiências a convite do MPRN, Nupa e Namit.

2. Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação (NECON)

Vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, foi criado por meio da Resolução nº 196/2017 e é responsável pela realização de conciliações e negociações em matérias de direito coletivo público de abrangência regional e/ou estadual. O núcleo garantiu, em 2018, a normalização do fornecimento de insumos e medicamentos para os hospitais regionais da Rede Estadual de Saúde, conseguidos por meio de Sessões de Negociação entre a Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) e as empresas fornecedoras. Ainda no campo da saúde, foram firmados acordos da ordem de R\$ 50.000.000,00; sendo R\$ 8.000.000,00 com a Secretaria Municipal de Saúde de Natal/RN, para pagamento de dívidas com prestadores de serviços hospitalares e R\$ 42.000.000,00 com a Sesap para pagamento de dívidas relativas a programas como a Farmácia

Básica, UPA e Samu, com vista à continuidade da prestação dos serviços à sociedade. Além disso, foram realizadas entre maio/2018 e maio/2019 69 sessões de negociação, resultando em 63 Termos de Acordo Interinstitucional celebrados, sendo 55 desses com municípios potiguares para adequação de lixões, por meio do Projeto “Lixo Negociado”, desenvolvido com o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (CAOP Meio Ambiente).

3. Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal (NJJR Natal)

Criado pela Resolução nº 193/2017, é vinculado às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e da Educação da Capital, com atuação na aplicação de práticas restaurativas em conflitos envolvendo adolescentes autores de ato infracional e em graves conflitos escolares, fomentando a difusão da Justiça Restaurativa em escolas públicas e no Serviço de Execução de Medidas Socioeducativas de Natal.

4. Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró (NUCAP Mossoró)

Instituído por meio da Resolução nº 40/2018, está vinculado às Promotorias de Justiça da

Comarca de Mossoró, com atuação na aplicação de métodos autocompositivos em conflitos envolvendo adolescentes autores de ato infracional e em casos envolvendo a violação de direitos de pessoas idosas e com deficiência, além do fomento à difusão da autocomposição nas Políticas Públicas de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança Pública de Mossoró.

5. Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça de Parnamirim/RN (NUCAP Parnamirim)

Vinculado às Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim, foi instituído por meio da Resolução nº 41/2018 e atua na aplicação de métodos autocompositivos em conflitos envolvendo adolescentes autores de ato infracional, como também em casos envolvendo a violação de direitos de crianças e adolescentes. Além disso, trabalha na perspectiva de difundir a autocomposição nas políticas públicas de educação, saúde e assistência social de Parnamirim.

6. Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN (NUCAP Ceará-Mirim)

Criado por meio da Resolução nº 092/2018 e vinculado às Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim, com atuação na

aplicação de métodos autocompositivos em situações de conflitos infrafamiliares.

No tocante aos núcleos, no âmbito do MPRN, faz-se pertinente registrar que, desde o início dos trabalhos até dezembro/2018, já se contabilizam mais de *171 práticas autocompositivas*, sobretudo em justiça restaurativa, negociação e mediação.

Um novo núcleo

Lembra-se de que falamos que em breve estará implementado um novo núcleo?! Trata-se do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça em matéria de Família! Vamos conhecer um pouco sobre ele!!

Esse núcleo, conforme mencionamos, encontra-se em fase de implantação. Tem como objetivo a prática autocompositiva de mediação em casos de investigação de paternidade que é objeto do Programa Pai Legal, e dará suporte a 7 promotorias de justiça que trabalham com essa matéria.

Dessa forma, a equipe do núcleo tentará tratar os conflitos existentes entre genitores que ainda não reconheceram e não assumiram paternidade de seus filhos.

3 PREMIAÇÃO

O trabalho inovador e vanguardista do Nupa foi consagrado com o Prêmio CNMP 2018, em 1º lugar na categoria Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e

Operacional, com o projeto “Diálogos sobre Autocomposição: difusão da solução consensual de conflitos no MPRN”.

Nessa direção, destacamos que essa forma de atuação do Ministério Público implica a resolutividade, que busca soluções realmente efetivas, na aplicação das técnicas de autocomposição, dando celeridade aos processos. Além disso, as partes envolvidas têm a possibilidade de um acordo que lhes seja satisfatório, tendo também a vantagem de se evitar trâmite judicial, cujo longo tempo de duração poderia ensejar gastos públicos, como também desgastes para os envolvidos.

4 PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA 2019

Ressaltamos que, diante de todo o trabalho até o momento desenvolvido pelo Nupa, têm-se para 2019 as perspectivas de expansão e difusão das ações autocompositivas, por meio de



- novas parcerias e do fortalecimento das já existentes;
- fomento para o envolvimento e supervisão dos facilitadores formados, com vistas à efetividade de sua atuação junto à sociedade, bem como por meio de formas de incentivo institucional que estimulem participação efetiva de membros e servidores que desejem incorporar as práticas autocompositivas em sua rotina funcional;

■ fortalecimento e sustentabilidade dos núcleos e, para isso, a equipe do Nupa já tem realizado visitas e diálogos com os integrantes de cada núcleo a fim de verificar as demandas que mais carecem de atenção e apoio, bem como da discussão e proposição de novas metodologias de atuação;

■ ampliação da oferta de capacitação interna, de modo a abranger o número de integrantes do Órgão que conhecem e podem incorporar as práticas autocompositivas em sua rotina funcional, bem como formar novos facilitadores de círculos restaurativos para atuação a partir das promotorias de justiça de todo o Estado; e, por fim,

■ apoio na atuação em casos que forem encaminhados pelas promotorias de justiça, e o assessoramento técnico nos projetos Parelhas da Paz (no qual já foi realizada capacitação básica em Justiça Restaurativa para servidores atuantes na Educação e Assistência Social, e já é programada a realização de curso de formação de facilitadores de círculos de justiça restaurativa e construção de paz. Nesse sentido, será continuado o acompanhamento (supervisão) quanto às atividades a serem desenvolvidas pelos agentes formados junto àquela promotoria de justiça; e Pai Legal (para o qual foi promovida a capacitação da servidora que atuará no núcleo em mediação, bem como de todos os integrantes daquelas promotorias de justiça em nível introdutório às práticas autocompositivas.

As próximas atuações dirão respeito ao assessoramento técnico, quando do início das atividades, de maneira a sedimentar os atos e garantir a segurança dos integrantes quanto à execução das práticas autocompositivas. Junto à 49ª PmJ Natal, na área da cidadania, vem sendo desenvolvido assessoramento técnico com vistas à solução consensual de conflitos envolvendo religiosos de matrizes africanas, em que já foi ministrado curso introdutório sobre autocomposição, estando programado curso de facilitadores de círculos de justiça restaurativa e construção de paz.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caro(a) leitor(a)

Podemos, enfim, verificar que os métodos autocompositivos adotados para a busca da solução de conflitos, objetivando a pacificação social, a resolução e prevenção de litígios, controvérsias e problemas, a partir da sua utilização de forma apropriada, têm reduzido a excessiva judicialização e propiciado aos envolvidos, nas situações de conflitos de interesse, a satisfação, a pacificação e a não reincidência dos casos, conforme preconiza a Resolução nº 118/2014-CNMP.

O Nupa, com suas atividades, vem difundindo uma política institucional de solução de conflitos em todo o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, e seus esforços têm conquistado resultados concretos em prol de uma cultura de paz em cuja construção presentifica-se o diálogo, aprimorando as relações em busca do consenso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gregório Assagra de; OLIVEIRA, Igor Lima Goettenauer. Mecanismos autocompositivos no sistema de justiça. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público**. Brasília: CNMP, 2015.

ARLÉ, Danielle de Guimarães Germano. **Mediação, negociação e práticas restaurativas no Ministério Público**. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

_____. O que são, afinal, negociação, mediação, conciliação e justiça restaurativa?. **MPMG Jurídico Revista do Ministério Público de Minas Gerais: autocomposição**. Uberaba: MPMG, 2018, p. 8-15.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. O Ministério Público Social e as decisões estruturais no Brasil. **Revista Jurídica In Verbis**. Natal: UFRN, ano 19, n. 35, jan./jun. de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de

1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. **Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-118.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CALMON, Petronio. **Fundamentos da mediação e da conciliação**. 2. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Potencialidades e limites da negociação e mediação conduzida pelo Ministério Público. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público**. Brasília: CNMP, 2015.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral; ALMEIDA, Gregório Assagra de. O movimento de acesso à justiça no Brasil e o Ministério Público. In: Conselho Nacional do Ministério Público. **Manual de negociação e mediação para membros do Ministério Público**. Brasília: CNMP, 2015.

GOULART, Marcelo Pedroso. Corregedorias e Ministério Público resolutivo. Conselho Nacional do Ministério Público. **Revista Jurídica Corregedoria Nacional: o papel constitucional da Corregedorias do Ministério Público**, v. I. Brasília: CNMP, 2016.

LIMA, Anderson Quirino Oliveira de. Reflexões técnicas sobre a aplicação de métodos autocompositivos de solução de conflitos por meio do Ministério Público. Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica Jurídico-Institucional**, ano 8, n. 12, jan./dez. de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Procuradoria-Geral de Justiça. Resolução nº 195, de 22 de agosto de 2017. Institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição e disciplina a sua forma de funcionamento. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte** nº 14.007, em 09 setembro de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Procuradoria-Geral de Justiça. **Resolução nº 196, de 22 de agosto de 2017**. Cria no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte o Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação e dá outras providências. Disponível em: <<https://mprn.mp.br/portal/files/RESOLUON196-2017PGJ-RN.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

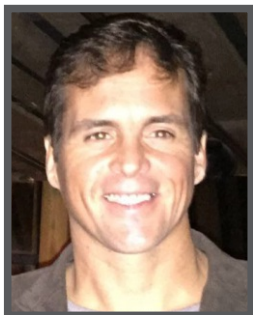
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Procuradoria-Geral de Justiça. Resolução nº 197, de novembro de 2017. Cria no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte o Núcleo Estadual de Mediação em Ilícitos Tributários e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Disponível em:

<http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20170905&id_doc=584198>.

Acesso em: 25 abr. 2019.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

SOBRE OS AUTORES



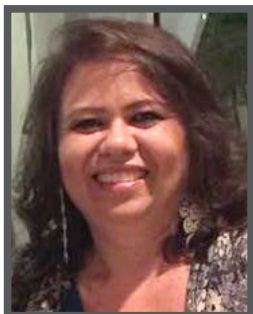
MARCUS AURÉLIO DE FREITAS BARROS

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CAEF)/ Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN). Promotor de Justiça do MPRN. Secretário Executivo do Colegiado de Diretores da Escola do Ministério Público (CDEMP). Doutorando em Direito, Sociedade e Estado pela Universidad del Paes Vasco – ES. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua, principalmente, nos temas: Neoconstitucionalismo, Políticas Públicas, Controle Judicial. Palestrante, autor de artigos jurídicos. Autor do livro: “Controle judicial de políticas públicas: parâmetros, objetivos e tutela coletiva”. Coautor do e-book: "Procedimentos extrajudiciais e Instrumentos de Atuação do Ministério Público".

PAULO ROGÉRIO DOS SANTOS BEZERRA

Graduando em Direito. Graduado em Ciências Contábeis; Mestre em Administração. Especialista em Administração Pública. Assistente Ministerial do Ministério Público do RN. Atuou na Controladoria Interna por 09 anos. Atualmente atua no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, lotado no NUPA - Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, na função de Secretário-Executivo. Lecionou por 8 anos cursos de informática. Lecionou na FACEN. Foi docente da Faculdade Católica Nossa Senhora das Neves. Na mesma instituição, exerceu a função de Coordenador do Curso de Ciências Contábeis. Coordenou o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Maurício de Nassau - Unidade Natal.





**NOURAIDE FERNANDES ROCHA
DE QUEIROZ**

Assessora Técnica de Editoração do MPRN; Doutoranda em Estudos da Linguagem – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Estágio sanduíche – doutorado – Universidade de São Paulo (USP); Membro do grupo Análise Textual dos Discursos (ATD) – PPGEL/UFRN, com ênfase nos estudos linguísticos do Discurso Jurídico; Mestre em

Literatura comparada – UFRN; Graduada em Letras, com Licenciatura em Língua Francesa e Literaturas – UFRN; Especialista em Língua Portuguesa, Texto, Gramática e Discurso – UFRN; Especialista em Gestão Pública para o Ministério Público; Artigos publicados em livros e periódicos; Coautora do e-book: "Procedimentos extrajudiciais e Instrumentos de Atuação do Ministério Público".



ANEXOS

— Resoluções —

Publicado no DOE nº 14.007

Edição de 09/09/2017

Luzianne Maia Rocha Azevedo
Técnico do MPE/RN
Matrícula nº 200.411-9**RESOLUÇÃO Nº 195/2017 – PGJ/RN ***

Institui o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e disciplina a sua forma de funcionamento.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, inciso V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – e pelo art. 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando que o Ministério Público, como instituição permanente, é uma das garantias fundamentais de acesso à justiça da sociedade, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (arts. 127, caput, e 129, da CF/1988), funções essenciais à máxima promoção da justiça;

Considerando as várias disposições legais (art. 334, do novo CPC; art. 57, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995; art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985; art. 35, III, da Lei nº 12.594/2012, dentre outras) que conferem legitimidade ao Ministério Público para a construção de soluções autocompositivas;

Considerando que o direito ao acesso à justiça e à solução dos conflitos importa na otimização da resolução pacífica dos litígios, controvérsias e problemas, apresentando-se os mecanismos de autocomposição como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais como alternativas com vistas à pacificação, à redução da litigiosidade, à satisfação e ao empoderamento social e ao estímulo de soluções consensuais, reduzindo-se a excessiva judicialização;

Considerando o disposto no art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, que propõe

a criação de Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição no âmbito dos Ministérios Públicos, com a institucionalização de política correspondente;

Considerando ser imprescindível estimular, fortalecer e difundir a sistematização e o aprimoramento das práticas de autocomposição já adotadas pelo Ministério Potiguar, dentre elas as práticas restaurativas e de negociação, com destaque à atuação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa, instituído pela Resolução nº 118/2013-PGJ;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA) no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, vinculado ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), com sede na Capital e atuação em todo território estadual.

Art. 2º O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA) tem por finalidade atuar na implementação e adoção de mecanismos de autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º São atribuições do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição:

I – propor à Administração Superior ações voltadas ao cumprimento da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público Potiguar;

II – atuar na interlocução com outros Ministérios Públicos e com parceiros;

III – propor à Administração Superior a realização de convênios e parcerias para atender aos fins da Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público;

IV – estimular programas/projetos de negociação e mediação comunitária, escolar e sanitária, entre outros;

V – diligenciar para fins de inclusão dos meios autocompositivos de

conflitos no conteúdo dos concursos de ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e nos cargos do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público;

VI – auxiliar o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF na capacitação e treinamento de membros e servidores do MPRN em mecanismos de autocomposição, assim consideradas a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais;

VII – colher dados estatísticos sobre a atuação do MPRN na autocomposição;

VIII – incentivar a manutenção de arquivo único e de registro atualizado de atuação autocompositiva nas unidades do MPRN;

IX – divulgar as boas práticas, metodologias aplicadas ou desenvolvidas na solução extrajudicial de conflitos, assim entendida a intervenção destinada à prevenção, gestão ou resolução de conflitos;

X – manter cadastro de mediadores e facilitadores voluntários que se utilizam de mecanismos de autocomposição de conflitos no MPRN;

XI – realizar a articulação para implementação da atuação autocompositiva no âmbito do MPRN;

XII – avaliar e dar parecer em projetos institucionais envolvendo a autocomposição;

XIII – fomentar e apoiar a criação de Núcleos Locais de Autocomposição para realização de atividades no âmbito das Procuradorias e Promotorias de Justiça, mediante atos do Procurador-Geral de Justiça.

XIV – desenvolver estratégias de negociação interinstitucional com poderes e Instituições, sobre o aprimoramento de políticas públicas e a consequente garantia dos direitos coletivos.

Art. 4º O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição será composto por até 07 (sete) membros designados pelo Procurador-Geral de Justiça, todos sem prejuízo de suas funções, sendo:

I – 03 (três) membros escolhidos pelo Procurador-Geral de Justiça, preferencialmente entre aqueles que estão na Administração Superior, no exercício da Coordenação de Centros de Apoios Operacionais ou com atribuições em órgãos



de execução com temáticas no exercício afetas à autocomposição;

II – o Coordenador do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF;

III – 01 (um) servidor indicado pelo Diretor-Geral;

IV – 01 (um) membro indicado pelo pela Corregedoria-Geral do Ministério Público – CGMP e;

VI – 01 (um) membro indicado pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público – OGMP.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional exercer a função de Coordenador do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição.

Art. 5º O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, excepcionalmente, sempre que necessário.

Art. 6º O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição poderá solicitar a cooperação de membros e servidores do MPRN de qualquer área, sem prejuízo de suas funções.

Art. 7º O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição elaborará seu Regimento Interno, devendo apresentá-lo para aprovação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 8º Os pedidos de auxílio deverão ser dirigidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, cabendo a este analisar e dar os encaminhamentos necessários à viabilização do pleito.

Art. 9º Os membros do Ministério Público com atividade de execução, dentro de sua esfera de atribuição, poderão propor ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição a criação de Núcleos Locais para aplicação das técnicas de autocomposição.

Parágrafo único. As solicitações de criação de Núcleos Locais deverão ser encaminhadas ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, que analisará e emitirá parecer o qual será submetido ao Procurador-Geral de Justiça,

para aprovação.

Art. 10. Os Núcleos Locais serão compostos por, no mínimo, 02 (dois) integrantes, sendo um deles membro do MPRN, designados pelo Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo de suas funções.

Parágrafo único. A Coordenação dos Núcleos Locais ficará a cargo de membro designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 11. Os Núcleos Locais deverão observar as diretrizes expedidas pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição.

Art. 12. Os integrantes dos Núcleos Locais deverão ser previamente capacitados pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

Art. 13. Os membros e servidores do Ministério Público do Rio Grande do Norte que participarem de formações em métodos autocompositivos de solução de conflitos desenvolvidos pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição poderão utilizar a certificação para efeitos de remoção ou promoção por merecimento, nos termos de resolução própria do Conselho Superior do Ministério Público, no caso de membros, e de progressão funcional e promoção, em se tratando de servidores efetivos.

Art. 14. A atuação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição será estruturada por meio dos seguintes Programas de Trabalho:

- I – Programa de Negociação no âmbito do Ministério Público;
- II – Programa de Mediação e Conciliação no âmbito do Ministério Público;
- III – Programa de Justiça Restaurativa no âmbito do Ministério Público;
- IV – Programa de Fomento à Criação de Núcleos Locais nos Órgãos de Execução.

§1º Cada Programa de Trabalho terá seu Coordenador, dentre os membros do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, definidos por Portaria do Procurador-Geral de Justiça.

§2º Os Programas de Trabalho deverão ter suas atividades



estruturadas em Projetos Técnicos, devidamente submetidos à aprovação do Procurador-Geral de Justiça.

§3º O Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa – NJJR, criado pela Resolução nº 118/2013 – PGJ, será incorporado à estrutura do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, constituindo-se no Programa de Justiça Restaurativa no âmbito do Ministério Público.

Art. 15. Para a consecução do disposto nesta Resolução, aplicam-se as disposições contidas na Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 16. Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os termos das Resoluções nºs 118, de 12 de junho de 2013, publicada no DOE nº 12.970, de 14 de junho de 2013; e 111, de 29 de maio de 2017, publicada no DOE nº 13.936, de 30 de maio de 2017.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal/RN, 22 de agosto de 2017.



Eudo Rodrigues Leite
Procurador-Geral de Justiça

* Republicada por alteração.

RESOLUÇÃO Nº 197/2017 – PGJ/RN

Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Núcleo Estadual de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte),

CONSIDERANDO que ao Ministério Público, enquanto instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, foi atribuída a missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, em consonância com os preceitos insertos no art. 127, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Estado brasileiro adotou solenemente em sua Carta Magna a solução pacífica dos conflitos, como um dos princípios regentes das relações entre os povos, sendo objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o Ministério Público possui a natural vocação de protagonista da busca permanente de mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos;

CONSIDERANDO que dentre os mecanismos de pacificação social, é a mediação uma exitosa experiência que propicia o fortalecimento das bases comunitárias;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil – CPC (Lei Federal nº 13.105/2015) estabelece a mediação como método alternativo e extrajudicial de solução de conflitos;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, por meio da Resolução nº 118/2014 – CNMP estabelece a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e, dentre as quais, a mediação está incluída como método autocompositivo de solução de conflitos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte instituiu, por meio da Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA, unidade vinculada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, responsável pela promoção do incentivo à adoção dos métodos autocompositivos de resolução de conflito pelos Órgãos de Execução Ministerial;

CONSIDERANDO a necessidade do Ministério Público Estadual de contribuir nos esforços de ampliar a arrecadação fiscal do Estado, por meio do combate à sonegação fiscal;

CONSIDERANDO que a mediação fiscal se institui como uma excelente ferramenta extrajudicial para solução consensual entre contribuintes em situação de ilicitude tributária e a administração pública;

CONSIDERANDO, enfim, os princípios contidos na Lei Federal nº 13.140/2016, que dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Núcleo Estadual de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários, sediado na Comarca de Natal, vinculado às Promotorias de Justiça de Combate à Sonegação Fiscal e Tutela de Fundações e Entidades de Interesses Sociais de Natal, com atuação em todo o território estadual, tendo como objetivo precípuo o desenvolvimento de práticas de mediação fiscal entre contribuintes em situação de ilícito tributário e a administração pública.

Art. 2º A Procuradoria-Geral de Justiça dotará o Núcleo Estadual de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários de toda a estrutura material e humana necessária ao cumprimento de seus objetivos, podendo, inclusive, firmar convênios com órgãos afins.

Art. 3º O Núcleo Estadual de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários trabalhará de forma integrada com todos os órgãos de execução com atribuições específicas em matéria de crimes contra a ordem tributária em todo o Estado e será constituído pela Coordenação, Assessoria e Câmaras de Mediação Fiscal.

Art. 4º O Coordenador será designado pelo Procurador-Geral de Justiça dentre os Promotores de Justiça de Combate à Sonegação Fiscal e Tutela de Fundações e Entidades de Interesses Sociais de Natal, com atuação em todo o Estado.

Art. 5º As Câmaras de Mediação Fiscal, mecanismo extrajudicial dirigido à solução de conflitos, competirá precipuamente a mediação entre o contribuinte, sujeito passivo da relação tributária, e o Estado, sendo a sua composição, custeio de sua operação e os procedimentos de sua atuação definidos em atos do Procurador-Geral de Justiça e em acordos de cooperação ou convênios celebrados com os Governos do Estado e de Municípios.

Art. 6º Caberá a Equipe Técnica do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA prestar a Assessoria e realizar a Supervisão Técnica da atuação do Núcleo de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários.

Art. 7º O início das atividades do Núcleo de Atuação e Mediação em Ilícitos Tributários está condicionada a participação dos membros e servidores no Curso de Formação de Mediadores de Conflitos, a ser realizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF no segundo semestre de 2017.

Art. 8º A atuação do Núcleo de Atuação e Mediação de Ilícitos Tributários ocorrerá nas Promotorias de Justiça de Combate à Sonegação Fiscal e Tutela Coletiva de Fundações e Entidades de Interesses Sociais de Natal, as quais prestarão auxílio ao Núcleo, naquilo que for afeto às suas atribuições.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Procurador-Geral de Justiça, em Natal/RN, 22 de agosto de 2017.

Eudo Rodrigues Leite

Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 196/2017 – PGJ/RN

Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte), CONSIDERANDO que ao Ministério Público, enquanto instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, foi atribuída a missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, em consonância com os preceitos insertos no art. 127, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Estado brasileiro adotou solenemente em sua Carta Magna a solução pacífica dos conflitos, como um dos princípios regentes das relações entre os povos, sendo objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o Ministério Público possui a natural vocação de protagonista da busca permanente de mecanismos extrajudiciais e autocompositivos de solução de conflitos;

CONSIDERANDO que o Novo Código de Processo Civil – CPC (Lei Federal nº 13.105/2015) estabelece a conciliação como método alternativo e extrajudicial de solução de conflitos;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, por meio da Resolução nº 118/2014 – CNMP estabelece a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e, dentre as quais, a negociação e a conciliação estão incluídas como métodos autocompositivos de solução de conflitos;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte instituiu, por meio da Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA, unidade vinculada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, responsável pela promoção do incentivo à adoção dos métodos autocompositivos de resolução de conflito pelos Órgãos de Execução Ministerial;

CONSIDERANDO a negociação como método autocompositivo recomendado para as controvérsias e conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal (art. 129, III, da CR/88);

CONSIDERANDO a conciliação como método autocompositivo recomendado para controvérsias ou conflitos que envolvam direitos ou interesses nas áreas de atuação do Ministério Público como órgão interveniente e nos quais sejam necessárias intervenções propondo soluções para a resolução das controvérsias ou dos conflitos;

CONSIDERANDO a intenção do Ministério Público Estadual de potencializar a utilização da negociação como método autocompositivo nos processos relacionados à gestão de políticas públicas em nível estadual e municipal;

CONSIDERANDO as possibilidades de aplicação dos métodos de conciliação em matérias de direito coletivo público, conforme disposto no Novo Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO, enfim, os princípios contidos na Lei Federal nº 13.140/2015, que dispõe, dentre outros, sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação, sediado na Procuradoria-Geral de Justiça, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com atuação em todo o território estadual, tendo como objetivo precípuo o desenvolvimento de práticas de conciliação e negociação de conflitos relacionados ao direito coletivo público e a gestão de políticas públicas.

Art. 2º A Procuradoria-Geral de Justiça dotará o Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação de toda a estrutura material e humana especializada necessária ao cumprimento de seus objetivos, podendo, inclusive, firmar convênios com órgãos afins.

Art. 3º O Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação trabalhará de forma integrada com todos os Centros de Apoio às Promotorias de Justiça e aos órgãos de execução com atribuições judiciais e extrajudiciais relacionadas à tutela coletiva, com vistas a aplicar os métodos de negociação e conciliação em processos de nível estadual e local relacionados à gestão de políticas públicas.

Art. 4º Caberá ao Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAf exercer a função de Coordenador do Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação.

§ 1º A Equipe Técnica do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA será responsável pela prestação do apoio técnico necessário ao funcionamento do Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação.

§ 2º Caberá aos Centros de Apoio às Promotorias de Justiça a prestação de apoio técnico na realização de diagnósticos, levantamentos e emissão de pareceres relacionados à política pública na qual será procedida a conciliação e a negociação;

Art. 5º As Sessões de Conciliação e Negociação ocorrerão em Sala exclusiva, localizada na Procuradoria-Geral de Justiça, estruturada de acordo com os padrões necessários para aplicação destes métodos autocompositivos.

Art. 6º Caberá à Coordenação do Núcleo de Conciliação e Negociação o levantamento das políticas públicas que serão objeto de aplicação destes métodos autocompositivos, após consulta aos Centros de Apoio às Promotorias de Justiça e aos órgãos de execução afetos à temática.

Art. 7º O início das atividades do Núcleo Estadual de Conciliação e Negociação está condicionada a participação dos membros e servidores no Curso de Formação de Negociadores e Conciliadores de Conflitos, a ser realizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAf no segundo semestre de 2017.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal/RN, 22 de agosto de 2017.

Eudo Rodrigues Leite

Procurador-Geral de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**



Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPA

Rua dos Tororós, 1839, Lagoa Nova

Natal/RN – CEP 59.054-550

Telefone: (84) 3215-9101 | E-mail: nupa@mprn.mp.br

RESOLUÇÃO Nº 193/2017–PGJ/RN

Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte), e

CONSIDERANDO que o Estado Brasileiro adotou solenemente em sua Carta Magna a solução pacífica dos conflitos, como um dos princípios regentes das relações entre os povos, sendo objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

CONSIDERANDO que o Ministério Público possui a natural vocação de protagonista da busca permanente de mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos, consolidada na Resolução nº 118/2014, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que cria a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público, na qual a Justiça Restaurativa se apresenta como uma metodologia exequível;

CONSIDERANDO a Justiça Restaurativa como método alternativo de resolução de conflitos, recomendada pela Carta de Lima de Promoção da Justiça Juvenil Restaurativa, com recomendações sobre a aplicação da Justiça Restaurativa em toda a América Latina;

CONSIDERANDO o que preconiza o artigo 35, inciso III, da Lei Federal nº 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que fomenta o desenvolvimento de práticas restaurativas para resolução de conflitos envolvendo adolescentes, sem a necessidade de judicialização, quando possível;

CONSIDERANDO dados de pesquisa feita pela Foundation Terre des hommes – Lausanne / Projeto Vozes, onde, no Rio Grande do Norte, foram constatados que 85% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, seja em privação de liberdade ou meio aberto, iniciaram práticas consideradas ato infracional no ambiente escolar;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<p>CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL</p>	<p>Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPA Rua dos Tororós, 1839, Lagoa Nova Natal/RN – CEP 59.054-550 Telefone: (84) 3215-9101 E-mail: nupa@mprn.mp.br</p>
---	--

CONSIDERANDO que a violência escolar é um problema que vem angustiado, cada vez mais, professores, pais, alunos e a própria sociedade, sendo de suma importância o desenvolvimento de métodos alternativos de resolução de conflitos, sendo a Justiça Restaurativa é uma alternativa viável;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fomenta em seus objetivos a promoção da cultura de paz nas escolas;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento de práticas restaurativas nas escolas promoverá um ambiente propício para restauração de vínculos em situações de conflito e, conseqüentemente, mais próximo do exercício da cultura de paz;

CONSIDERANDO as atividades de fomento aos métodos autocompositivos de resolução de conflitos desenvolvidos pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

CONSIDERANDO, enfim, que a Justiça Juvenil Restaurativa é uma metodologia extrajudicial de resolução de conflitos, ideal para contribuir na redução dos índices de violência envolvendo crianças, adolescentes e jovens em Natal/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal, sediado na Comarca de Natal/RN, vinculado às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e da Educação de Natal, tendo como objetivo precípua o desenvolvimento de práticas restaurativas como método alternativo de resolução de conflitos no atendimento socioeducativo e nas escolas públicas da Capital.

Art. 2º A Procuradoria-Geral de Justiça dotará o Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal/RN de toda a estrutura material e humana necessária ao cumprimento de seus objetivos, podendo, inclusive, firmar convênios com órgãos afins.

Art. 3º São atribuições do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal:

I – Propor e executar práticas restaurativas, utilizando a metodologia circular de resolução de conflitos, para mediação de casos envolvendo adolescentes autores de ato infracional de menor potencial ofensivo, bem como os ocorridos nas escolas públicas da cidade de Natal/RN;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**



**CENTRO DE ESTUDOS
E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL**

Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPA

Rua dos Tororós, 1839, Lagoa Nova

Natal/RN – CEP 59.054-550

Telefone: (84) 3215-9101 | E-mail: nupa@mprn.mp.br

II – Organizar e apoiar ações de fomento a construção de um ambiente restaurativo, promotor da cultura de paz e da resolução pacífica de conflitos, nas escolas públicas de Natal;

III – Preparar relatórios para o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA e agentes envolvidos mostrando o impacto das ações em justiça restaurativa desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e da Educação de Natal;

IV – Articular-se com outros órgãos públicos das áreas de saúde, educação, assistência social, segurança pública e afins, em especial nas comunidades onde os envolvidos em situações de conflito estejam presentes, para proceder os encaminhamentos necessários, de acordo com as necessidades de cada caso;

V – Promover a realização de campanhas educativas sobre o tema;

VI – Conceber e implantar o Sistema de Dados relacionados ao desenvolvimento de práticas restaurativas com adolescentes autores de ato infracional e nas escolas públicas de Natal/RN;

VII – Contribuir na produção, organização e disseminação de dados, estudos, pesquisas, publicações e seminários internos acerca do desenvolvimento da Justiça Restaurativa, desenvolvidos pelo Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

VIII – Participar de Encontros, Seminários, Congressos e Conferências sobre temas relacionados à Justiça Restaurativa;

IX – Promover intercâmbio com outras iniciativas em Justiça Juvenil Restaurativa, desenvolvidos no Rio Grande do Norte, em outros Estados brasileiros ou outros países, como forma de fortalecimento institucional.

Art. 4º O Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal será composto pelos Promotores de Justiça da Infância e da Juventude com atribuições no conhecimento e na execução de medidas socioeducativas e pelos Promotores de Justiça da Educação de Natal, contando com o apoio especializado de Técnicos, Analistas, Assistentes Ministeriais e Assessores Jurídicos Ministeriais capacitados em Justiça Restaurativa.

§1º Caberá a Equipe Técnica do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA prestar a Assessoria e realizar a Supervisão Técnica da atuação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

 <p>CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL</p>	<p>Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - NUPA Rua dos Tororós, 1839, Lagoa Nova Natal/RN – CEP 59.054-550 Telefone: (84) 3215-9101 E-mail: nupa@mprn.mp.br</p>
---	---

§2º O início das atividades do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal está condicionada a participação dos membros e servidores no Curso de Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa, a ser realizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF no segundo semestre de 2017.

Art. 5º A atuação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal ocorrerá nas Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e da Educação da Comarca de Natal, as quais prestarão auxílio ao Núcleo, naquilo que for afeto às suas atribuições.

Art. 6º A composição dos membros e da Equipe Técnica do Núcleo se dará por meio de Portaria do Procurador-Geral de Justiça, o qual designará um membro para exercer a função de Coordenador.

Art. 7º As solicitações de atuação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa de Natal serão encaminhadas à sua Coordenação, que deliberará sobre a conveniência da atuação.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal/RN, 21 de agosto de 2017.

EUDO RODRIGUES LEITE
Procurador-Geral de Justiça



Publicado no DOE nº 14.139

Edição de 27/03/2018

Luziane Maria Rocha Azevedo

Técnico do MP/RN

nº 200.411-0

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 40/2018 – PGJ/RN

Institui o Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN e disciplina a sua forma de funcionamento.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, inciso V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – e pelo art. 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando que o Ministério Público, como instituição permanente, é uma das garantias fundamentais de acesso à justiça da sociedade, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (arts. 127, caput, e 129, da CF/1988), funções essenciais à máxima promoção da justiça;

Considerando as várias disposições legais (art. 334, do novo CPC; art. 57, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995; art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985; art. 35, III, da Lei nº 12.594/2012, dentre outras) que conferem legitimidade ao Ministério Público para a construção de soluções autocompositivas;

Considerando que o direito ao acesso à justiça e à solução dos conflitos importa na otimização da resolução pacífica dos litígios, controvérsias e problemas, apresentando-se os mecanismos de autocomposição como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais como alternativas com vistas à pacificação, à redução da litigiosidade, à satisfação e ao empoderamento sociais e ao estímulo de soluções consensuais, reduzindo-se a excessiva judicialização;

Código de identificação da digitalização: 454WL9ZX

Considerando o disposto no art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, que propõe a criação de Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição no âmbito dos Ministérios Públicos, com a institucionalização de política correspondente;

Considerando a criação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – NUPA/MPRN, pela Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, como unidade responsável pela difusão dos métodos de solução consensual de conflitos na Instituição;

Considerando o disposto no art. 9º da Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, que autoriza a criação de Núcleos Locais de Autocomposição em Promotorias de Justiça do Rio Grande do Norte;

Considerando ser imprescindível estimular, fortalecer e difundir a sistematização e o aprimoramento das práticas autocompositivas já adotadas pelas Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN, com destaque à atuação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa, instituído pela Resolução nº 262/2017 – PGJ/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Autocomposição (NUCAP) no âmbito das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN, com sede e atuação neste Município.

Art. 2º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró (NUCAP Mossoró) tem por finalidade atuar no fomento e aplicação de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais nas Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró.

Art. 3º São atribuições do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró (NUCAP Mossoró):

I – atuar na aplicação de métodos de solução consensual de conflitos em processos oriundos das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró;

Código de identificação da digitalização: 454WL9ZX



II – fomentar a difusão dos métodos de solução consensual de conflitos em outras instituições sediadas no município de Mossoró/RN;

III – auxiliar o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA na capacitação e treinamento de membros e servidores das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN nos mecanismos de autocomposição, assim consideradas a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais;

IV – coletar e sistematizar as boas práticas adquiridas na aplicação de métodos autocompositivos, remetendo-as ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

V – manter cadastro local de mediadores e facilitadores voluntários que se utilizam de mecanismos de autocomposição de conflitos nas Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN;

VI – desenvolver estratégias de negociação interinstitucional com poderes e instituições, sobre o aprimoramento de políticas públicas e a consequente garantia dos direitos coletivos.

Art. 4º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró será composto por Membros e Servidores da Comarca, designados por Portaria do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único – Caberá ao Procurador-Geral de Justiça, em Portaria, definir o Coordenador do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN.

Art. 5º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, excepcionalmente, sempre que necessário.

Art. 6º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró poderá solicitar a cooperação de membros e servidores do MPRN de qualquer área, sem prejuízo de suas funções.

Art. 7º Os pedidos de auxílio técnico sempre deverão ser encaminhados ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA, cabendo a este analisar e dar encaminhamentos necessários à viabilização do pleito.

§ 1º Deverão ser encaminhados relatórios mensais quantitativos e

Código de identificação da digitalização: 454WL9ZX



qualitativos dos resultados obtidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

§ 2º Deverão ser remetidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA cópias dos Termos de Acordo celebrados por meio da atuação do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Mossoró/RN.

Art. 8º Para a consecução do disposto nesta Resolução, aplicam-se as disposições contidas na Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e na Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os termos da Resolução nº 262/2017 – PGJ/RN.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal/RN, 22 de março de 2018.


EUDO RODRIGUES LEITE
Procurador-Geral de Justiça

Código de identificação da digitalização: 454WL9ZX



Publicado no DOE nº 14.139

Edição de 27/03/2018

Assinatura
 Luísa Maria Rocha Azevedo
 Técnico do MP/ERN
 Matrícula nº 200.411-8

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 41/2018 – PGJ/RN

Institui o Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Pamamirim/RN e disciplina a sua forma de funcionamento.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, inciso V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – e pelo art. 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

Considerando que o Ministério Público, como instituição permanente, é uma das garantias fundamentais de acesso à justiça da sociedade, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (arts. 127, caput, e 129, da CF/1988), funções essenciais à máxima promoção da justiça;

Considerando as várias disposições legais (art. 334, do novo CPC; art. 57, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995; art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985; art. 35, III, da Lei nº 12.594/2012, dentre outras) que conferem legitimidade ao Ministério Público para a construção de soluções autocompositivas;

Considerando que o direito ao acesso à justiça e à solução dos conflitos importa na otimização da resolução pacífica dos litígios, controvérsias e problemas, apresentando-se os mecanismos de autocomposição como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais como alternativas com vistas à pacificação, à redução da litigiosidade, à satisfação e ao empoderamento sociais e ao estímulo de soluções consensuais, reduzindo-se a excessiva judicialização;

Código de identificação da digitalização: UE41T071

Considerando o disposto no art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, que propõe a criação de Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição no âmbito dos Ministérios Públicos, com a institucionalização de política correspondente;

Considerando a criação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – NUPA/MPRN, pela Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, como unidade responsável pela difusão dos métodos de solução consensual de conflitos na Instituição;

Considerando o disposto no art. 9º da Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, que autoriza a criação de Núcleos Locais de Autocomposição em Promotorias de Justiça do Rio Grande do Norte;

Considerando ser imprescindível estimular, fortalecer e difundir a sistematização e o aprimoramento das práticas autocompositivas já adotadas pelas Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN, com destaque à atuação do Núcleo de Justiça Juvenil Restaurativa, instituído pela Resolução nº 263/2017 – PGJ/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Autocomposição (NUCAP) no âmbito das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN, com sede e atuação neste Município.

Art. 2º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim (NUCAP Parnamirim) tem por finalidade atuar no fomento e aplicação de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais nas Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN.

Art. 3º São atribuições do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim (NUCAP Parnamirim):

I – atuar na aplicação de métodos de solução consensual de conflitos em processos oriundos das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim;

Código de identificação da digitalização: UE41T071



II – fomentar a difusão dos métodos de solução consensual de conflitos em outras instituições sediadas no município de Parnamirim/RN;

III – auxiliar o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA na capacitação e treinamento de membros e servidores das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN nos mecanismos de autocomposição, assim consideradas a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais;

IV – coletar e sistematizar as boas práticas adquiridas na aplicação de métodos autocompositivos, remetendo-as ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

V – manter cadastro local de mediadores e facilitadores voluntários que se utilizam de mecanismos de autocomposição de conflitos nas Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN;

VI – desenvolver estratégias de negociação interinstitucional com poderes e instituições, sobre o aprimoramento de políticas públicas e a consequente garantia dos direitos coletivos.

Art. 4º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim será composto por Membros e Servidores da Comarca, designados por Portaria do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único – Caberá ao Procurador-Geral de Justiça, em Portaria, definir o Coordenador do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN.

Art. 5º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim/RN reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, excepcionalmente, sempre que necessário.

Art. 6º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Parnamirim poderá solicitar a cooperação de membros e servidores do MPRN de qualquer área, sem prejuízo de suas funções.

Art. 7º Os pedidos de auxílio técnico sempre deverão ser encaminhados ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA, cabendo a este analisar e dar encaminhamentos necessários à viabilização do pleito.

§ 1º Deverão ser encaminhados relatórios mensais quantitativos e

Código de identificação da digitalização: UE411071

qualitativos dos resultados obtidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

§ 2º Deverão ser remetidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA cópias dos Termos de Acordo celebrados por meio da atuação do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Pamamirim.

Art. 8º Para a consecução do disposto nesta Resolução, aplicam-se as disposições contidas na Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e na Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os termos da Resolução nº 263/2017 – PGJ/RN.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal/RN, 22 de março de 2018.


EUDO RODRIGUES LEITE
Procurador-Geral de Justiça

Código de identificação da digitalização: UE41T071



Publicada no DOE nº 14.191

Edição de 13/06/2018

Luanna

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Luanna Maria Rocha Azevedo
Técnico do MPE/RN
Matrícula nº 200.411-9

RESOLUÇÃO Nº 92/2018 – PGJ/RN

Institui o Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN e disciplina a sua forma de funcionamento.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 10, inciso V, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – e pelo art. 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, como instituição permanente, é uma das garantias fundamentais de acesso à justiça pela sociedade, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (arts. 127, caput, e 129, da CF/1988), funções essenciais à máxima promoção da justiça;

CONSIDERANDO as várias disposições legais (art. 334, do novo CPC; art. 57, parágrafo único, da Lei nº 9.099/1995; art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985; art. 35, III, da Lei nº 12.594/2012, dentre outras) que conferem legitimidade ao Ministério Público para a construção de soluções autocompositivas;

CONSIDERANDO que o direito ao acesso à justiça e à solução dos conflitos importa na otimização da resolução pacífica dos litígios, controvérsias e problemas, apresentando-se os mecanismos de autocomposição como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais como alternativas com vistas à pacificação, à redução da litigiosidade, à satisfação e ao empoderamento sociais e ao estímulo de soluções consensuais, reduzindo-se a

[Assinatura]

excessiva judicialização;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, que propõe a criação de Núcleos Permanentes de Incentivo à Autocomposição no âmbito dos Ministérios Públicos, com a institucionalização de política correspondente;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – NUPA/MPRN, pela Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, como unidade responsável pela difusão dos métodos de solução consensual de conflitos na Instituição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 9º da Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN, que autoriza a criação de Núcleos Locais de Autocomposição em Promotorias de Justiça do Rio Grande do Norte;

CONSIDERANDO ser importante estimular, fortalecer e difundir as práticas autocompositivas no âmbito das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Autocomposição no âmbito das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN, com sede e atuação neste Município.

Art. 2º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN tem por finalidade atuar no fomento e aplicação de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais nas Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim.

Art. 3º São atribuições do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de



Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN:

I – atuar na aplicação de métodos de solução consensual de conflitos em processos oriundos das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim;

II – fomentar a difusão dos métodos de solução consensual de conflitos em outras instituições sediadas no município de Ceará-Mirim/RN;

III – auxiliar o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA na capacitação e treinamento de membros e servidores das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN nos mecanismos de autocomposição, assim consideradas a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais;

IV – coletar e sistematizar as boas práticas adquiridas na aplicação de métodos autocompositivos, remetendo-as ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

V – manter cadastro local de mediadores e facilitadores voluntários que se utilizam de mecanismos de autocomposição de conflitos nas Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN;

VI – desenvolver estratégias de negociação interinstitucional com poderes e instituições, sobre o aprimoramento de políticas públicas e a consequente garantia dos direitos coletivos.

Art. 4º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim será composto por Membros e Servidores da Comarca, designados por Portaria do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único – Caberá ao Procurador-Geral de Justiça, em Portaria, definir o Coordenador do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN.

Art. 5º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, excepcionalmente, sempre que necessário.

Art. 6º O Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim poderá solicitar a cooperação de membros e servidores do



MPRN de qualquer área, sem prejuízo de suas funções.

Art. 7º Os pedidos de auxílio técnico sempre deverão ser encaminhados ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA, cabendo a este analisar e dar encaminhamentos necessários à viabilização do pleito.

§ 1º – Deverão ser encaminhados relatórios mensais quantitativos e qualitativos dos resultados obtidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA;

§ 2º – Deverão ser remetidos ao Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPA cópias dos Termos de Acordo celebrados por meio da atuação do Núcleo de Autocomposição das Promotorias de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN.

Art. 8º Para a consecução do disposto nesta Resolução, aplicam-se as disposições contidas na Resolução nº 118, de 1º de dezembro de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e na Resolução nº 195/2017 – PGJ/RN.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Natal/RN, 11 de junho de 2018.


EUDO RODRIGUES LEITE
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



ATE ASSESSORIA
TÉCNICA
DE EDITORAÇÃO